

**RECOMENDAÇÕES DE OURO PRETO/ABRIL – 2017**  
**FÓRUM DE ARQUEOLOGIA DA SAB – ACERVOS ARQUEOLÓGICOS**

A Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), por meio do GT Acervos, e o Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), organizaram, com apoio do Museu de Ciências da UFOP, o “Fórum de Arqueologia da SAB - Acervos Arqueológicos”, realizado de 26 a 28 de abril do corrente ano, no Auditório do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, Praça Tiradentes, n. 20, na cidade de Ouro Preto, MG. Destacamos a participação fundamental de alunas e alunos do Departamento de Museologia da UFOP na organização e realização do evento.

O Fórum foi uma oportunidade de congregação de profissionais das áreas da arqueologia, museologia e conservação, que refletiram e debateram sobre questões relacionadas à salvaguarda do acervo arqueológico em instituições de guarda e pesquisa, envolvendo processos e práticas de gestão.

Como esse foi um primeiro encontro sobre acervos, as(os) participantes concentraram-se na discussão de pontos que julgaram sensíveis e mais emergenciais. A expectativa é que, nos próximos encontros, sejam abordados temas mais específicos relativos à gestão dos acervos arqueológicos.

Posto isso, ao final do Fórum, no dia 28 de abril de 2017, de maneira coletiva e participativa, foram elaboradas recomendações norteadoras de práticas, posturas, discussões e encaminhamentos, as quais foram divididas, para este documento, em quatro eixos: ética, gestão de acervos arqueológicos, formação de recursos humanos e políticas de acervos.

**1. Ética**

- Respeito aos códigos de ética dos três campos – arqueologia, museologia e conservação –, assim como às cartas patrimoniais das quais o Brasil é signatário, com especial atenção à permanência dos acervos nas áreas de origem.
- As exigências para viabilização e manutenção de espaços de guarda devem ser aplicadas de acordo com critérios técnicos, respeitando as particularidades das instituições.

## **2. Gestão de acervos arqueológicos**

- As instituições devem reconhecer e fomentar a gestão dos acervos enquanto área de pesquisa e parte indispensável dos projetos de arqueologia.
- A gestão de acervos deve considerar a Musealização da Arqueologia (como conceito, método e políticas públicas) e a Conservação Arqueológica como campos científicos em processo de consolidação.
- Projetos de pesquisa arqueológica devem prever, em suas equipes, profissionais das áreas de conservação e de museologia em todas as etapas, desde o planejamento à extroversão.
- As instituições de guarda e pesquisa de acervos devem realizar monitoramento sistemático de condições ambientais (temperatura, umidade relativa, iluminação etc.) previamente à definição de sistemas auxiliares para conservação preventiva em áreas de reserva e exposição.
- Estratégias de conservação preventiva, para salvaguarda, devem ser definidas de acordo com características e particularidades de cada projeto, com participação de profissionais especializados.
- Todas(os) profissionais envolvidos nos projetos de pesquisa arqueológica devem estar comprometidos com a gestão dos acervos gerados.
- Em projetos de pesquisa ligados ao licenciamento ambiental, o empreendedor é o responsável pela viabilização e manutenção da guarda dos acervos. Portanto, conforme a Instrução Normativa n. 001/2015 do IPHAN, ele deve ser envolvido no processo de concessão de endossos.
- É necessário que as instituições de guarda possam traçar ações conjuntas com equipes de projetos para os quais concederam endosso, potencializando ações de educação patrimonial.
- Considerar a cadeia operatória museológica, visando o equilíbrio entre pesquisa, salvaguarda e comunicação, evitando tratar os acervos de forma isolada.
- No caso de endosso de instituições públicas, procurar fazer encontros com seus gestores e o IPHAN para sensibilização em relação a demandas institucionais.
- Construir uma agenda de diálogos com IPHAN para a elaboração de propostas que visem ao fortalecimento das relações de coleções locais com instituições de

referência da região, criando redes que fomentem a relação das comunidades com o patrimônio arqueológico.

- Ressaltar a importância da documentação arqueográfica detalhada, de modo a permitir a realização de pesquisas posteriores e a produção de estudos interpretativos como resultado dos projetos de pesquisa no âmbito do licenciamento ambiental, evitando que as instituições de guarda sejam meras depositárias de acervos.
- Reconhecer e valorizar as especificidades de conservação e documentação museológica das coleções de referência e de pesquisa.
- A gestão dos acervos arqueológicos deve ser considerada tanto nas instituições de guarda quanto nos sítios arqueológicos, considerando a possibilidade da conservação *in situ* do patrimônio arqueológico.

### **3. Formação**

- Estabelecer parcerias com IBRAM, de acordo com compromisso de seu Presidente, quanto à orientação e apoio às ações de salvaguarda nas instituições de guarda e pesquisa e qualificação de recursos humanos em relação à salvaguarda e comunicação.
- Estimular a formação interdisciplinar de profissionais em níveis técnico, de graduação e de pós-graduação com diálogos entre as áreas de arqueologia, conservação e museologia.
- Incentivar a realização de eventos de capacitação temáticos com apoio e participação de SAB, IPHAN, IBRAM e demais instituições e empresas interessadas.

#### **4. Políticas de acervo**

- Discussão, com CNA-IPHAN, sobre a Portaria n. 196/2016, com participação de museólogos, conservadores e arqueólogos.
- As instituições de guarda e pesquisa devem elaborar políticas de gestão de acervos, que incluam protocolos de ingresso, comissões de acervo etc.
- É preciso elaborar listas de prioridades de ações por Unidade da Federação, referentes às reservas técnicas e à gestão de acervos, a serem apresentadas ao CNA/IPHAN, de forma a auxiliar o órgão gestor na distribuição de recursos de forma atenta aos montantes recebidos do capital privado.
- Solicitar ao IPHAN divulgação dos critérios de priorização na destinação de recursos de TACs ou de outros passivos.
- Promover a articulação da REMAAE com o GT SAB Acervos, de modo a fortalecer o espaço político já conquistado junto ao IBRAM.
- Promover a articulação do GT SAB Acervos com o Conselho Nacional de Políticas Culturais e outras organizações da sociedade civil.

Ouro Preto, 28 de Abril de 2017.